

[illegible]



Nº DO PROCESSO 0020182/2024	DATA DE ENTRADA 22/08/2024 12:44:56
SETOR DO USUÁRIO COMISSÃO DE LICITAÇÃO	
ASSUNTO LICITAÇÃO / IMPUGNAÇÃO DE EDITAL	
COMPLEMENTO IMPUGNAÇÃO PE 15/2024	

REQUERENTE MC 1000 COMERCIAL LTDA	
TELEFONE	CORREIO ELETRÔNICO (EMAIL)

[illegible]

<div data-bbox="154 1756 255 1852"> </div> <div data-bbox="269 1780 671 1845"> <p>Estado do Rio de Janeiro Prefeitura Municipal de Maricá</p> </div>	<div data-bbox="801 1771 1433 1868"> <table> <tr> <td>Nº DO PROCESSO</td> <td>DATA ABERTURA</td> </tr> <tr> <td>0020182/2024</td> <td>22/08/2024 12:44:56</td> </tr> </table> </div>	Nº DO PROCESSO	DATA ABERTURA	0020182/2024	22/08/2024 12:44:56
Nº DO PROCESSO	DATA ABERTURA				
0020182/2024	22/08/2024 12:44:56				
<p>REQUERENTE MC 1000 COMERCIAL LTDA</p> <p>ASSUNTO LICITAÇÃO / IMPUGNAÇÃO DE EDITAL</p> <p>COMPLEMENTO IMPUGNAÇÃO PE 15/2024</p>					

ILMO. SR. PREGOEIRO DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 15/2024, DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FAZENDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ.

MC 1000 COMERCIAL LTDA, CNPJ 00.402.369/0001-20, vem, por seu representante legal, na forma e no prazo do item 1.8, do Edital do Pregão Eletrônico n. 15/2024, da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Fazenda da Prefeitura Municipal de Maricá, c/c os arts. 164 da Lei n. 14.133, de 01/04/2021, e 2º, 17, II, e 24 do Decreto n. 10.024, de 20/09/2019, apresentar a V. Sa.

IMPUGNAÇÃO

pelas razões a seguir.

O Pregão Eletrônico n. 15/2024 objetiva a “contratação de empresa especializada no fornecimento de solução de Serviços de Computação em Nuvem, de modelo híbrida (privada e pública), incluindo Hardware e software, com serviços de: concepção, projeto, provisionamento, configuração, manutenção, treinamento, administração, gerenciamento, monitoramento, backup, migração, suporte técnico especializado do ambiente em regime 24x7 e autosserviço sob demanda, que atenda de forma ampla às demandas da Prefeitura Municipal de Maricá – PMM (...)” (item 1.1 do Edital).

Como se vê, a Prefeitura Municipal de Maricá aglutinou em um único Pregão Eletrônico a contratação de dois serviços complexos e de natureza absolutamente distintas, um de fornecimento de *hardware* e *software* e o outro de telecomunicação (“serviço de computação em nuvem”), pelo critério de “menor preço global”, fato que restringe a competitividade que deveria nortear o certame licitatório.

Não há dúvida de que a injustificada junção desses dois tipos de serviço, acaso mantida, comprometerá o caráter competitivo do procedimento, impedirá a seleção da proposta mais vantajosa para o Município de Maricá e, possivelmente, direcionará a adjudicação do objeto licitado ao concorrente – talvez único – que for capaz de atender a ambas as demandas, hipóteses vedadas pela Lei de Licitações, valendo transcrever o art. 9º, I, “a”, da Lei n. 14.133, de 01/04/2021:

Art. 9º. **É vedado** ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei: I - **admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que: a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório**, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas; (...)

Veja-se, a este respeito, trecho do acórdão TCE-RJ n. 42.156/2022, de relatoria da Exma. Sra. Conselheira-Substituta Andrea Siqueira Martins, para quem:

(...) **a regra geral é a divisão do objeto em tantos lotes quanto a técnica e a economicidade permitirem**, em prol do melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado, **ampliando-se a competitividade com a participação de interessados de menor porte, ao passo que a reunião de vários itens em lotes ou em lote único (no caso do menor preço global) deve ser a exceção**, permitida quando demonstrada a inviabilidade técnica e/ou a perda da economia de escala.

No mesmo sentido é o Enunciado da Súmula n. 247 do TCU¹, *verbis*:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

¹ <https://jurisprudencia.tc.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/07/Objeto-divis%C3%ADvel-Adjudica%C3%A7%C3%A3o-por-item.-S%C3%BAmula-TCU-247.pdf>

Ainda sobre este tema, cita-se o Enunciado n. 45 da PGE-RJ²:

Enunciado nº 45 PGE: Recomendação de divisão do objeto a ser contratado

1. O objeto da contratação deve ser dividido em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, priorizando-se a admissão da adjudicação por item e não por preço global, levando-se em consideração o melhor aproveitamento das potencialidades do mercado e a possível ampliação da competitividade do certame, sem perda de economia de escala, na forma dos arts. 15, inciso IV e 23, §1º da Lei n.º 8.666/93 e do art. 13, inciso IV, Decreto estadual nº 46.642 de 17 de abril de 2019.

(...)

3. O objetivo da divisão do objeto é propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

Vê-se, portanto, que a doutrina e a jurisprudência pátria recomendam, como regra geral, a divisão do objeto da licitação por item, afastando a contratação por preço global de serviços divisíveis e técnica e economicamente viáveis.

Por fim, no que se refere à habilitação econômico-financeira dos licitantes, o Edital do Pregão Eletrônico n. 15/2024, em seu item 13, letra “B” subitem “B.1”, exige a apresentação do “*balanço patrimonial e demonstrações contábeis*” somente “*do último exercício social*”, quando, na verdade, o art. 69, I, da Lei n. 14.133, de 01/04/2021, impõe a apresentação do referido documento “*dos 2 (dois) últimos exercícios sociais*”, *verbis*:

Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação: I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

² <https://pge.rj.gov.br/entendimentos/enunciados>

Pelo exposto, requer-se a V. Sa. o acolhimento desta Impugnação, de modo a que o objeto do Pregão Eletrônico n. 15/2024 e o critério de habilitação econômico-financeira sejam ajustados na forma da lei, como medida de direito.

Termos em que,
Pede deferimento.
Rio de Janeiro, 22/08/2024.

Leonardo Filippo Filho



Documento assinado digitalmente

LEONARDO FILIPPO FILHO
Data: 22/08/2024 12:28:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>